

RECURSO ESPECIAL Nº 1.572.569 - SP (2015/0299647-2)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : ADRIANO MARQUES TORQUATO
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Adriano Marques Torquato, com amparo no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 238):

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO (ART. 557 DO CPC). REVISÃO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER. 1. O agravo previsto no art. 557, § 1º, do Código de Processo Civil tem o propósito de submeter ao órgão colegiado o controle da extensão dos poderes do relator, bem como a legalidade da decisão monocrática proferida, não se prestando à rediscussão da matéria já decidida.

2. Mantida a decisão agravada, eis que inexistente ilegalidade ou abuso de poder na decisão impugnada, e porque seus fundamentos estão em consonância com a jurisprudência pertinente à matéria.

3. Agravo a que se nega provimento.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados (e-STJ, fls. 245/250).

O recorrente alega a violação do disposto nos arts. 81 e 104 da Lei n. 8.070/1990 e 20, 301, § 2º, e 535 do CPC/1973.

Aponta que não houve a perda superveniente do interesse de agir, pois a ação coletiva não pode prejudicar a ação individual, uma vez que, "[...] mesmo que já efetuada a revisão administrativa do benefício da parte autora, permanece o seu interesse processual em discutir a satisfação dos valores em atraso, desde a concessão" (e-STJ, fl. 258).

Aduz, ainda, que, como a autarquia previdenciária deu causa à ação, são devidos honorários de sucumbência.

Sem contrarrazões.

Admitido o apelo nobre na origem, subiram os autos a esta Corte.

É o relatório.

Assiste razão à parte recorrente, pois uma análise detida das decisões proferidas pelo Tribunal de origem (e-STJ, fls. 205/207 e 233/239) revela que houve omissão no acórdão combatido quanto à fixação de honorários advocatícios e à fixação do termo inicial da prescrição quinquenal.

Com efeito, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no

sentido de que a parte deve vincular a interposição do recurso especial à tese de violação do art. 535 do CPC, quando, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, o Tribunal *a quo* mantém-se em não decidir questões que lhe foram submetidas a julgamento, por força do princípio *tantum devolutum quantum appellatum*, ou, ainda, quando persista desconhecendo omissão ou contradição arguida como existente no *decisum*.

Por estar configurada a agressão ao disposto no art. 535 da legislação processual, impõe-se a decretação de nulidade do acórdão que apreciou os embargos declaratórios, a fim de que os vícios sejam sanados.

No particular:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OMISSÃO EXISTENTE.

1. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é firme no entendimento de que deve a parte vincular a interposição do recurso especial à violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, quando, mesmo após a oposição de embargos declaratórios, o tribunal *a quo* persiste em não decidir questões que lhe foram submetidas a julgamento, por força do princípio *tantum devolutum quantum appellatum* ou, ainda, quando persista desconhecendo obscuridade ou contradição arguidas como existentes no *decisum*.

[...]

3. Não apreciadas as nulidades alegadas, impõe-se a declaração de nulidade do acórdão que julgou os embargos declaratórios, a fim de que o vício no *decisum* seja sanado.

4. Recurso provido.

(REsp 737.761/MG, Rel. Min. HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJ de 4/6/2007)

PROCESSO CIVIL - APELAÇÃO - JULGAMENTO - OMISSÃO ACERCA DE QUESTIONAMENTO SUSCITADO NAS RAZÕES RECURSAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS COM O OBJETIVO DE PREQUESTIONAMENTO - REJEIÇÃO - FUNDAMENTO INCONSISTENTE - VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC.

Suscitada, nas razões recursais da apelação, questão relevante para o deslinde da controvérsia, se não for examinada no respectivo julgamento, a omissão enseja a interposição de embargos declaratórios com o fito de prequestionamento. Se o Tribunal *a quo* persistir na omissão, ao fundamento inconsistente de que não há necessidade de mencionar o dispositivo legal discutido, porque o preceito nele contido é estudado e analisado, configura-se violação ao artigo 535 do CPC, justificando-se a nulidade do *decisum*.

Recurso provido.

(REsp 319.127/DF, Rel. Min. GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, DJ de 27/8/2001)

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para anular o acórdão dos embargos de declaração, determinando o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que se manifeste, expressamente, a respeito do quanto alegado em declaratório.

Publique-se. Intimem-se

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

